

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Michelle Rodrigues Gomes ¹
Silvane dos Passos Barbosa dos Santos Araújo ²
Thais Silva Trindade das Mercês ³

INTRODUÇÃO

Educação especial e educação infantil tem uma história marcada por ações de cunho assistencial, filantrópico e caritativo (DRAGO,2011; OLIVEIRA,2011). E, na atualidade, existem garantias legais que dão ampla cobertura a educação desses sujeitos. Mas, conforme argumentado por Kassar (2011), a distância entre o dito e o feito, num contexto que prima pela redução de gastos públicos, leva a ações governamentais enviesadas pela lógica paliativa, que optam por políticas de baixo custo na concretização de direitos sociais. Nessa perspectiva, este estudo pretende refletir como está ocorrendo a inclusão educacional na educação infantil por meio do serviço do Atendimento Educacional Especializado, um serviço da educação especial que ganhou centralidade nas atuais políticas públicas de inclusão educacional (KASSAR,2011). De abordagem qualitativa, foi realizado um estudo de caráter exploratório. O estudo evidencia que a produção do conhecimento referente a esta temática concentra-se nas regiões Sul e Sudeste do país; apontam limites e possibilidades desse serviço, mas há consenso quanto a sua necessidade e permanência; sinaliza as barreiras encontradas no campo empírico para sua materialização.

METODOLOGIA

Por meio de uma abordagem qualitativa, foi realizado um estudo exploratório, no qual examinamos todos os títulos das dissertações e teses⁴ disponíveis no banco de dados de três programas de pós-graduação em Educação, localizados na capital paraense até o período de junho de 2018. Bem como, as publicações disponíveis no banco de dados da Coordenação do Pessoal de Nível Superior (CAPES), produzidas entre os anos de 2010 à 2018, período esse, que se justifica por considerarmos pesquisas que já tivessem reflexo da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Dentre todas as publicações analisadas vinte e uma, constituíram corpus de nossa análise. Sendo eleita uma de cada região a fim de possibilitar representatividade em nosso trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Os trabalhos analisados, tinham como objetos de investigação: a prática do professor do AEE e sua relação com o professor da sala regular; a sala de recurso multifuncional enquanto

¹ Mestranda do curso de currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará-prof.michelle06@gmail.com;

² Mestranda do curso de Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará-passossilvane@gmail.com.

³ Mestrando do Curso de Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará, profa.thaismercês@gmail.com.

⁴ PPGED (UFPA) e PPGED (UEPA): as publicações estavam disponíveis a partir do ano 2005. PPEB (UFPA): publicações disponíveis a partir do ano 2017.

espaço de formação complementar ou suplementar ao currículo; o papel da família no desenvolvimento do trabalho pedagógico com a criança com deficiência; a concepção de professores, gestores e pais de alunos com deficiência a respeito do atendimento educacional especializado, bem como as concepções que norteiam o entendimento desses sujeitos em relação à criança com deficiência; a elaboração de recursos e materiais pedagógicos de acessibilidade e a função do AEE enquanto serviço da Educação Especial. Esses elementos coincidem com a função, estruturação e funcionamento previstos pelos normativos legais que orientam como deve ser organizado o serviço do AEE na escola. Essas pesquisas revelam, não só, um cenário de possibilidades, mas também, de muitas limitações que dificultam, na prática, a concretização de uma educação inclusiva. Para garantir uma representatividade neste estudo, selecionamos um trabalho de cada região, descrevendo os principais assuntos abordados com vistas a alcançar nosso objetivo de refletir como AEE na Educação Infantil vêm ocorrendo.

Iniciamos com o estudo de Pessoa (2018), única pesquisa encontrada na Região Norte, intitulada *Dinâmica Avaliativa para Identificação de Deficiência em Crianças da Educação Infantil: um estudo na Rede Pública Municipal de Ensino de Belém-PA*. A autora buscou investigar a dinâmica avaliativa para a identificação das deficiências em crianças da educação infantil e elegibilidade ao AEE da rede municipal de ensino da capital Paraense; concluiu que a referida rede de ensino avança no que se refere ao trabalho para a concretização da Educação Especial, mas é a perspectiva psicológica que orienta a realização da avaliação para identificação da deficiência, uma vez que a comparação entre o desenvolvimento das crianças é o critério mais utilizado para iniciar um processo avaliativo que almeja, sobretudo, um laudo médico, concluindo que os saberes da saúde sobressaem-se aos da educação.

Jesus (2015) realizou sua pesquisa na Região Nordeste do país abordando a temática do *Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a Inclusão de Crianças com Cegueira na Educação Infantil*, considerando vários contextos, como: a Família, a Escola e o Centro de Atendimento Educacional Especializado. A autora buscou compreender as diferentes contribuições do AEE para a inclusão de crianças cegas, considerando o desenvolvimento da sua identidade e autonomia; concluiu que os ambientes frequentados por essas crianças eram estimuladores e que permitiam construir a consciência de si mesmo, definir preferências, desejos, e vontades, além de adquirir ações autônomas. Ressalta os resultados positivos quanto ao desenvolvimento do AEE no que diz respeito ao Centro Especializado.

Goyos (2017) foi a pesquisa analisada advinda da Região Sul. O autor realizou estudo intitulado *Direito à Libras como Língua Materna: um Estudo sobre a Política Educacional de Educação Infantil para Crianças Surdas na Rede Municipal de Ensino de Curitiba*, objetivando analisar as concepções de sujeito surdo, infância e educação subjacentes às políticas educacionais no cenário municipal e sua efetividade em relação ao direito à Libras como língua materna no contexto da Educação Infantil. Tendo como base a concepção socioantropológica sobre os surdos, realizou, por meio de três etapas, a pesquisa bibliográfica e documental; a consulta a microdados do Censo Escolar/MEC/INEP sobre matrículas de crianças surdas na Educação Infantil, em Curitiba; e entrevista semi-estruturada com diretoras de escolas/instituições especializadas na área da surdez. Dos resultados encontrados, o autor identifica a hegemonia do modelo clínico-terapêutico na política educacional para a infância surda, em que a deficiência auditiva e sua reabilitação ocupa a centralidade da prática pedagógica. Os dados sobre matrículas entre os anos de 2007 e 2016 reafirmam as diretrizes nacionais de matrícula preferencial na rede regular de ensino com apoio no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, realizadas, predominantemente, por meio de convênios com instituições filantrópicas, reiterando a desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento público da educação de surdos. Nos documentos oficiais consultados e nas instituições especializadas pesquisadas, a Libras é invisibilizada, utilizada como recurso

de apoio no processo de reabilitação oral e é negada como língua materna na Educação Infantil como pressuposto à humanização das crianças surdas.

Na Região Sudeste, Santos (2018) realizou sua pesquisa intitulada *O Atendimento educacional especializado na Educação Infantil enquanto Política Pública no Município de Niterói*. A pesquisa contém importantes considerações a respeito do que é proposto nos documentos legais no que tange ao AEE por meio da SRM e sua materialização na realidade cotidiana. Para isso, a autora apoia-se na teoria de Stephen Ball, mostrando que mesmo existindo as contradições entre os discursos das legislações, do Projeto Político Pedagógico da Escola e a prática concreta, há significativos aspectos que qualificam e justificam a manutenção do AEE na Educação Infantil. Para a autora essas contradições residem no fato de que as políticas concebidas de cima para baixo, conforme argumenta em seu texto, ainda não conseguiram disseminar uma cultura inclusivista no ambiente escolar, resultado disso é que os serviços de educação especial, organizados dentro das Unidades Municipais de Educação Infantil de horário integral de Niterói, ainda são entendidos como um sistema paralelo e segregado por parte da comunidade escolar.

A autora destaca que o AEE enquanto política pública pode contribuir para um ensino inclusivo na Educação Infantil, dando visibilidade a um público que, historicamente, continua na sua expressiva maioria à margem das políticas públicas de cunho educacional, e que a manutenção desse serviço neste segmento favorece,

A identificação precoce de quadros atípicos minimiza prejuízos decorrentes de atraso no desenvolvimento psicomotor, mediante a oferta de estímulos específicos à criança público-alvo da educação especial; favorece a articulação entre a escola e as demais políticas setoriais em favor da criança; oferece suporte contínuo às famílias, aos professores e aos demais partícipes da inclusão da criança com deficiência da Educação Infantil; dissemina práticas colaborativas entre a Educação Especial e o ensino regular; identifica, produz, adapta e organiza recursos de acessibilidade necessários ao desenvolvimento da autonomia e funcionalidade dos alunos em contexto educativo (SANTOS, 2018, p.71).

Para esta autora, apesar das contradições existentes, há inúmeros benefícios conforme o exposto acima, que constata a necessidade de manter os serviços do AEE; conclui sua pesquisa mostrando os possíveis caminhos que possam implementar uma cultura escolar inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o exposto, verificamos que as pesquisas do banco de dados da CAPES nos revelam elementos importantes a respeito dos principais aspectos que envolvem o Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil; a superação de uma educação que ainda se pauta nos aspectos médicos, em detrimento de uma ação pedagógica competente, é um desafio a superar. A necessidade de práticas educativas que priorizem as potencialidades da criança e não na limitação ocasionada pela deficiência é algo que perpassa boa parte das discussões. Quanto a isso, Drago (2011), ressalta que para a implementação de educação infantil inclusiva é necessário à superação de barreiras históricas e culturais que estão arraigadas nas práticas educativas destinadas a essa parcela da população. Outro fator observado é o silenciamento do serviço do AEE destinado às crianças da Educação Infantil na sala regular e sua potencialização em espaços segregados, o que, também, já foi apontado, nos estudos de Kassir (2011) e Bruno

e Miletto (2013). Contudo, as pesquisas qualificam o serviço do AEE como sendo necessário para a educação da criança com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que nossa legislação avança no reconhecimento de direitos, mas a Educação Infantil de crianças com deficiência ainda se constitui em um campo em expansão; as pesquisas analisadas justificam e qualificam a necessidade de manter o serviço do AEE enquanto possibilidade de inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil, o que representa um grande desafio quando vivenciamos um contexto político de desmonte de direitos sociais, com um governo que declaradamente coloca-se a serviço da lógica de mercado.

Palavras-chave: educação infantil; educação inclusiva; educação especial; atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Gabriely Cabestré. **Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil:** estudo de caso – Marília, 2015.

DRAGO, R. **Inclusão na educação infantil.** Rio de Janeiro: Wak, 2011.

FUSCO, Janaina Fernanda Gasparoto. **Aprendizagem cooperativa:** práticas inclusivas da Educação Infantil ao Ensino fundamental – Baúru, 2017.

JESUS, Lana Tuan Borges de. **A criança com cegueira na educação Infantil [recurso eletrônico]:** Interação entre os contextos de desenvolvimento. Salvador, UFB, 2015.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

MELETTI, S. M. F. Diferenças e Diferentes: Aspectos Psicossociais da Deficiência. In: MELETTI, S. M. F.; KASSAR, M. C. M. (Org.). **Escolarização de alunos com deficiência:** desafios e possibilidades. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

OLIVEIRA, Z. D. M. R. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PESSOA, Leiliane de Nazaré Fagundes. **Dinâmica avaliativa para a identificação de deficiência em crianças da educação infantil:** um estudo na Rede Municipal de Ensino de Belém – PA. Belém: UFPA, 2018.

SANTOS, Fernanda Viannay Siqueira dos. **O Atendimento Educacional Especializado na educação infantil, enquanto política pública no município de Niterói,** 2018.

RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Atendimento Educacional Especializado na educação Infantil:** Interfaces com os pais e professores da classe comum – São Paulo: UFSCAar, 2015.